

**DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 315582-28.2013.8.09.0052  
(201393155820)  
COMARCA DE GOIÂNIA**

**AUTOR** : DIEGO VERÍSSIMO MAZETO DOS SANTOS  
**RÉU** : DIRETOR DO INSTITUTO EDUCACIONAL MAGNOS  
LTDA (ME)  
**RELATOR** : **DES. FRANCISCO VILDON J. VALENTE**

## **RELATÓRIO E VOTO**

Cuida-se de **Duplo Grau de Jurisdição** contra a sentença (fls. 53/54) prolatada pela MM. Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia, Dra. Mônica Neves Soares Gioia, nos autos do **Mandado de Segurança**, impetrado por **DIEGO VERÍSSIMO MAZETO DOS SANTOS**, menor impúbere e representado por sua genitora, Josy Mazeto Oliveira, em desfavor do **DIRETOR DO INSTITUTO EDUCACIONAL MAGNOS LTDA ME**.

Alega o Impetrante, na petição inicial, que, em virtude da existência de débitos junto ao Instituto Educacional Magnos Ltda ME, a Autoridade Coatora lhe negou o fornecimento do seu histórico escolar, impossibilitando a sua transferência para outro estabelecimento de ensino. Por essa razão, impetrou o presente *madamus*.

Às fls. 41/42, foi deferido o pedido liminar, determinado-se que a Autoridade Coatora fizesse a entrega do documento escolar solicitado pelo Impetrante.

A sentença foi assim firmada (fls. 53/54):

*"(...) Ao teor do exposto, comprovado o direito líquido e certo do Impetrante e verificando-se que o writ cumpriu sua finalidade, **CONCEDO A SEGURANÇA DEFINITIVA e confirmo a liminar concedida.**"*

Da sentença, nenhuma das partes recorreu, subindo os autos para este Tribunal por força da remessa obrigatória.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça, representada pela Dra. Regina Helena Viana, opinando pelo conhecimento e desprovimento da remessa necessária (fls. 74/77).

É o relatório. **Passo ao Voto.**

Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, dele conheço.

Como visto, cuida-se de **Duplo Grau de Jurisdição** contra a sentença (fls. 53/54) prolatada pela MM. Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia, Dra. Mônica Neves Soares Gioia, nos autos do **Mandado de Segurança**, impetrado por **DIEGO VERÍSSIMO MAZETO DOS SANTOS**, menor impúbere e representado por sua genitora, Josy Mazeto Oliveira, em desfavor do **DIRETOR DO INSTITUTO**

## **EDUCACIONAL MAGNOS LTDA ME.**

Pois bem. Sabe-se que o mandado de segurança constitui via adequada à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, ou *habeas data*, na hipótese de ameaça, ou lesão, decorrente de ato ilegal, ou abusivo de autoridade (CF, art. 5º, LXIX).

A impetração reclama prova pré-constituída do alegado direito. Vale dizer, a petição inicial do mandado de segurança deve ser instruída com documentação suficiente à prova do alegado, pois não comporta, em seu procedimento, dilação probatória.

Nota-se que a sentença concedeu a segurança pleiteada na inicial, a fim de garantir ao Impetrado o acesso ao seu histórico escolar, documento necessário à sua transferência para outro estabelecimento de ensino.

Pois bem. Dispõe o artigo 6º, §2º, da Lei nº 9.870/99:

***"Art. 6º. São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias.***

***(...)***

***§2º. Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior deverão expedir, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua inadimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças***

***judiciais”.***

Da leitura dispositivo transcrito, vejo que restou evidenciado, nos autos, que a Autoridade Coatora violou direito líquido e certo do Impetrante, ao reter documento que retrata a vida escolar deste, com o fim de receber as mensalidades em atraso.

Vale destacar, ainda, que a atitude do Impetrado ofende o direito à formação escolar do menor, a qual está amparada pelo artigo 205 da Constituição Federal, confira-se:

***“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”***

Portanto, correta a sentença que concedeu a segurança ao Impetrante, garantindo-lhe o acesso ao seu histórico acadêmico, visando garantir o seu desenvolvimento educacional.

Ademais, quanto ao débito das mensalidades, deve a Autoridade Coatora valer-se dos meios legais disponíveis para o recebimento do que julgar de direito, sem que isto resulte em ofensa à educação da criança.

Dessa forma, entendo que o aluno de estabelecimento de ensino particular não pode ser coagido a pagar mensalidade em atraso para obter o seu histórico escolar, ou qualquer outro documento indispensável à sua transferência para outro estabelecimento de ensino, por caracterizar violação a direito

líquido e certo.

Sobre a matéria, veja-se a jurisprudência desta  
Corte de Justiça:

"DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE DOCUMENTO ESCOLAR. INADIMPLÊNCIA. **A retenção do histórico escolar para a finalidade de transferência da aluna inadimplente não é o meio jurídico legal para o recebimento de mensalidades em atraso, vez que constitui ato abusivo e ilegal reparável por mandado de segurança.** REMESSA CONHECIDA E IMPROVIDA." (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO 36743-98.2010.8.09.0012, Rel. DR(A). EUDÉLCIO MACHADO FAGUNDES, 1A CÂMARA CÍVEL, julgado em 24/01/2012, DJe 999 de 07/02/2012), grifei.

"DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE DOCUMENTO ESCOLAR. INADMISSIBILIDADE. **I - É VEDADO A ESCOLA PARTICULAR, CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO NA PRESTAÇÃO DE ENSINO, CONDICIONAR A ENTREGA DE HISTÓRICO ESCOLAR OU QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A TRANSFERÊNCIA DO ALUNO AO PAGAMENTO DAS MENSALIDADES INADIMPLIDAS EX VI DO ARTIGO 6º CAPUT C/C O PARAGRAFO DA LEI Nº 9870, DE 23/11/99. II - E DE SE MANTER A SENTENÇA QUE JULGOU O MÉRITO MESMO NO CASO EM QUE A LIMINAR TENHA CARÁTER SATISFATIVO, POSTO QUE O ATO PRATICADO PELA AUTORIDADE INQUINADA DE COATORA FERE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE. REMESSA CONHECIDA, MAS IMPROVIDA.**" (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO 20179-9/195, Rel. DES. JOÃO UBALDO FERREIRA, 1A CÂMARA CÍVEL, julgado em 26/01/2010, DJe 518 de 17/02/2010), grifei.

"DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE DOCUMENTO ESCOLAR. INADIMPLÊNCIA. ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DO ATO. **1 - ALUNO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO PARTICULAR NÃO PODE SER COAGIDO A PAGAR TAXAS OU MENSALIDADES PARA OBTER HISTÓRICO ESCOLAR OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO INDISPENSÁVEL A TRANSFERÊNCIA PARA ESCOLA DIVERSA, POR CARACTERIZAR VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGUNDO EXEGESE DO ART. 205 E 277 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 6, 'CAPUT', C/C PARAGRAFO 1 DA LEI 9.870/99.** REMESSA CONHECIDA

E IMPROVIDA.” (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO 18408-0/195, Rel. DES. GILBERTO MARQUES FILHO, 2A CÂMARA CÍVEL, julgado em 03/03/2009, DJe 313 de 14/04/2009), grifei.

Em face do exposto, **conheço da remessa necessária e lhe nego provimento**, para manter a sentença (fls. 53/54), por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Intimem-se.

Transitada em julgado, volvam-se os autos ao juízo de origem, após a baixa no sistema de 2º grau.

Goiânia, 8 de janeiro de 2015.

**DES. FRANCISCO VILDON J. VALENTE**  
Relator

**DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 315582-28.2013.8.09.0052  
(201393155820)  
COMARCA DE GOIÂNIA**

**AUTOR** : DIEGO VERÍSSIMO MAZETO DOS SANTOS  
**RÉU** : DIRETOR DO INSTITUTO EDUCACIONAL MAGNOS  
LTDA (ME)  
**RELATOR** : **DES. FRANCISCO VILDON J. VALENTE**

**EMENTA: DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.  
MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE  
DOCUMENTO ESCOLAR. INADIMPLÊNCIA. OFENSA  
A DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.**

Aluno de estabelecimento de ensino particular não pode ser coagido a pagar mensalidade em atraso para obter o seu histórico escolar, ou qualquer outro documento indispensável à sua transferência para outro estabelecimento de ensino, por caracterizar violação a direito líquido e certo.

**DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO CONHECIDO E  
DESPROVIDO.**

## **ACÓRDÃO**

**Vistos**, relatados e discutidos estes autos de  
**DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 315582-28.2013.8.09.0052  
(201393155820)**, da comarca de Goiânia.

**Acorda** o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás,

em sessão pelos integrantes da Terceira Turma Julgadora da Quinta Câmara Cível, à unanimidade de votos, **em conhecer do Duplo Grau de Jurisdição e desprovê-lo**, nos termos do voto do relator.

**Votaram com o relator**, os Desembargadores Alan S. de Sena Conceição e Olavo Junqueira de Andrade.

**Presidiu** a sessão o Desembargador Alan S. de Sena Conceição.

**Representou** a Procuradoria Geral de Justiça a Dr. Osvaldo Nascente Borges.

Goiânia, 8 de janeiro de 2015.

Des. **FRANCISCO VILDON J. VALENTE**  
Relator